

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMINHO PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS DO CONSUMISMO

Joane Oliveira Amorim ¹
Danila Kelly Pereira Neri²

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial até o atual modelo capitalista global, o consumo se consolidou como eixo central da vida social, medindo o progresso a partir da produção e da capacidade de compra. De acordo com Bauman (2008), essa lógica consolidou o que se denomina “cultura do consumo”, em que a identidade social se associa cada vez mais ao ato de adquirir e descartar produtos. Como ironizou Millôr Fernandes (1994), “Quando começou a comprar almas, o diabo inventou a sociedade de consumo”, revelando o caráter crítico com que esse fenômeno é visto no Brasil. Essa cultura é prejudicial porque privilegia a utilização acelerada de recursos naturais, estimula a obsolescência programada e normaliza o desperdício, resultando em degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais.

A relação entre consumismo e meio ambiente é direta: maior consumo implica mais extração de recursos, mais processos industriais, mais transporte e mais resíduos. No Brasil, esse impacto é mensurável. Em 2021, o país emitiu cerca de 2,42 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, um aumento de 12,2% em relação a 2020, configurando a maior alta em quase duas décadas (SEEG, 2022). As emissões per capita brasileiras ficaram em torno de 10 a 11 toneladas por habitante, bem acima da média mundial de 5 a 7 toneladas. Além disso, a geração de resíduos sólidos urbanos atingiu cerca de 77 milhões de toneladas em 2022, o equivalente a 1,04 kg por pessoa/dia, sendo que mais de 40% desses resíduos tiveram destinação inadequada, o que causa contaminação do solo, da água e problemas de saúde pública (ABRELPE, 2023; Agência Brasil, 2024). Esses dados demonstram como o consumismo não é apenas um fenômeno cultural, mas também um fator determinante para a crise ambiental.

Discutir os impactos do consumismo sobre o meio ambiente é fundamental porque somente a compreensão crítica do problema permite a transformação de atitudes e políticas. Nesse contexto, a educação ambiental se apresenta como caminho essencial para a mitigação dos impactos. No Brasil, a Lei nº 9.795/1999 estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, que tem como objetivo promover a consciência ecológica e formar cidadãos capazes de agir de maneira sustentável. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2023), a educação ambiental deve ser compreendida como prática social permanente e integrada, indo além da transmissão de

¹ Graduando do Curso de Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, joaneamorim1098@gmail.com;

² Professora do IFRN- Campus Mossoró, Doutora em entomologia pela Universidade Federal de Lavras-UFLA, danila.neri@ifrn.edu.br.



informações para influenciar valores, comportamentos e normas culturais. Assim, pode-se romper com a ideia de que consumir mais é sinônimo de bem-estar e fortalecer alternativas como o consumo responsável, a economia circular e o consumo colaborativo.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo compreender a formação histórica da cultura do consumo e analisar de que forma ela se tornou nociva ao meio ambiente, evidenciar com base em dados recentes os principais impactos ambientais do consumismo no Brasil e, por fim, discutir a educação ambiental como estratégia essencial para transformar esse quadro, destacando princípios, práticas e políticas públicas que orientem mudanças de comportamento e modelos de produção. Busca-se também apontar diretrizes práticas em contextos escolares e comunitários que fortaleçam a cidadania ambiental e incentivem formas de consumo mais conscientes, solidárias e sustentáveis.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, conforme conceituação de Gil (2002). Foram analisados artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025 em bases como ABRELPE, MMA e Google Scholar, utilizando os descritores: “consumismo”, “impactos ambientais” e “educação ambiental”. Para os critérios de inclusão, foram avaliados artigos originais, revisões sistemáticas e documentos de organizações reconhecidas nas áreas da saúde e meio ambiente, incluindo materiais com revisão por pares e documentos oficiais, legislações ou normas pertinentes.

As informações reunidas foram examinadas qualitativamente, com o propósito de reconhecer padrões e convergências temáticas nos conteúdos analisados. Para isso, os materiais foram classificados em categorias que compartilhavam características similares, possibilitando a organização sistemática dos dados e a elaboração de uma síntese crítica capaz de responder às questões de pesquisa e aos objetivos estabelecidos neste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A crise ambiental atual está intimamente relacionada ao padrão de produção e consumo consolidado nas últimas décadas. Para Costa, Diz e Oliveira (2018), a sociedade contemporânea registra um cenário sem precedentes, em que a geração de resíduos tornou-se um dos principais fatores de desequilíbrio ecológico. Esse processo é resultado direto de um modelo de consumo que incentiva o descarte rápido, o uso intensivo de recursos naturais e a manutenção da lógica produtiva em larga escala.

Nesse contexto, a dinâmica da obsolescência programada exemplifica de forma clara esse padrão. Oliveira e Ferreira (2024) explicam que a cadeia de consumo exacerbado, aliada à redução da vida útil dos produtos e ao descarte precoce, gerou impactos ambientais graves ao longo do tempo. Isso evidencia que o modelo econômico vigente não é apenas insustentável do ponto de vista ecológico, mas também prejudicial à própria humanidade, que passa a lidar com crises ambientais, sociais e de saúde pública.

Diante desses efeitos, torna-se necessário compreender mais amplamente as causas e consequências da degradação ambiental. Segundo Furtado (2017), ela pode ser entendida como toda ação ou omissão humana que desequilibra os sistemas naturais, seja



a curto ou a longo prazo. A autora ressalta que a superação desse quadro depende de uma transformação cultural e ética, em que indivíduos e comunidades passem a compreender suas responsabilidades frente ao meio ambiente. Nesse sentido, a conscientização torna-se uma condição indispensável para reverter práticas de consumo predatórias.

É justamente nesse cenário que a educação ambiental (EA) se apresenta como ferramenta estratégica. Para Furtado (2017), a EA é fundamental para formar cidadãos com posturas éticas, solidárias e responsáveis em relação ao meio ambiente. A autora destaca que esse processo deve ocorrer em todos os níveis de ensino e alcançar todas as faixas etárias, uma vez que a preservação ambiental depende da construção de uma consciência coletiva e permanente.

Nessa mesma linha de pensamento, Cidón, Schreiber e Vecchietti (2021) argumentam que a educação ambiental deve partir da percepção de que a poluição e a degradação são resultados diretos das escolhas humanas. Reconhecer o papel central do comportamento individual e coletivo permite que a comunidade se envolva na busca de soluções locais e globais, ampliando a capacidade de mobilização social em torno do consumo sustentável.

Essa visão é corroborada pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que reforça a compreensão da EA como prática social contínua, integrada a diferentes dimensões da vida e das políticas públicas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2023) acrescenta que essa prática vai além da transmissão de informações: busca influenciar valores, transformar atitudes e incentivar comportamentos mais conscientes.

Dessa forma, observa-se que a literatura converge para a ideia de que a educação ambiental é um caminho essencial para enfrentar os impactos do consumismo. Ao estimular práticas como o consumo responsável, a economia circular e o reaproveitamento de materiais, ela contribui para a construção de uma cidadania ambiental crítica. Mais do que transmitir conhecimentos, a EA possibilita a formação de sujeitos capazes de questionar a lógica do consumo exacerbado e propor alternativas sustentáveis para a vida em sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos pontos expostos no trabalho, podemos inferir que a educação ambiental emerge como ferramenta essencial para transformar hábitos de consumo e reduzir os danos ambientais. Estudos indicam que a implementação de projetos educativos voltados para o consumo consciente pode influenciar positivamente o comportamento dos indivíduos, incentivando a adoção de práticas mais responsáveis e sustentáveis. Além disso, a integração da educação ambiental nos currículos escolares, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é fundamental para formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na preservação ambiental.

Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende da superação de desafios, como a falta de informação clara e acessível sobre os impactos ambientais das escolhas de consumo. Pesquisas apontam que uma parcela significativa da população brasileira sente-se confusa diante das informações disponíveis sobre sustentabilidade, o que dificulta a adoção de práticas de consumo consciente. Portanto, é imperativo que a educação ambiental seja acompanhada de políticas públicas que promovam a



transparência e a acessibilidade das informações, garantindo que os consumidores possam tomar decisões informadas e responsáveis.

Ademais, também se vê necessário explicitar a importância da participação comunitária e do engajamento coletivo para potencializar os efeitos da educação ambiental. Projetos que envolvem escolas, associações de bairro, cooperativas e organizações da sociedade civil podem criar redes de colaboração que fortalecem a prática do consumo consciente, ao mesmo tempo em que promovem inclusão social e econômica. Além disso, iniciativas que unem saberes tradicionais e científicos contribuem para valorizar a cultura local e ampliar as possibilidades de transformação socioambiental. Dessa forma, a educação ambiental transcende o espaço escolar e se consolida como um instrumento de mobilização social capaz de estimular mudanças estruturais em prol da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que o consumismo, um fenômeno central na sociedade contemporânea, tem impactos diretos e profundos sobre o meio ambiente, agravando questões como a degradação ecológica e o desperdício de recursos naturais. A revisão de dados recentes, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa no Brasil e o crescente problema da destinação inadequada de resíduos, reforça a urgência de se repensar as práticas de consumo e produção. A educação ambiental, conforme abordado neste estudo, se apresenta como uma ferramenta estratégica crucial para transformar esses padrões, ao promover a conscientização sobre os impactos ambientais e incentivar práticas de consumo responsável e sustentável.

A pesquisa demonstrou que a integração da educação ambiental nas esferas educacionais e comunitárias, por meio de políticas públicas adequadas e da implementação de projetos educativos, pode efetivamente contribuir para a mudança de comportamentos e a construção de uma cidadania ambiental crítica. Contudo, é preciso reconhecer que desafios como a falta de clareza nas informações sobre sustentabilidade e a resistência a mudanças comportamentais ainda representam obstáculos significativos. Dessa forma, é necessário um esforço contínuo para melhorar o acesso a informações acessíveis e transparentes, de modo a capacitar os indivíduos a fazer escolhas conscientes.

Em termos de aplicação empírica, a pesquisa sugere que a educação ambiental deve ser encarada como uma prática permanente, integrada ao cotidiano das comunidades, das escolas e das políticas públicas. A promoção de iniciativas que envolvem tanto o saber científico quanto o saber popular pode ampliar o alcance da transformação social, criando redes colaborativas que incentivem o consumo consciente e sustentável, ao mesmo tempo em que abordam questões de inclusão social.

Além disso, este estudo aponta para a necessidade de novas pesquisas no campo da educação ambiental, principalmente no que diz respeito à avaliação da efetividade de diferentes abordagens pedagógicas e à análise de políticas públicas voltadas à promoção do consumo sustentável. A busca por soluções que integrem a educação ambiental a modelos de produção e consumo mais justos e ecológicos é uma tarefa fundamental para enfrentar as questões ambientais contemporâneas.

Portanto, é evidente que, para que a transformação cultural e ética sobre o consumo se concretize, é essencial que todos os setores da sociedade, incluindo o governo, a academia, as organizações sociais e os indivíduos, se engajem de maneira colaborativa em um processo de mudança que desafie a lógica do consumismo e promova a sustentabilidade ambiental, social e econômica.



Palavras-chave: Consumismo; Meio ambiente; Educação ambiental; Sustentabilidade; Consumo consciente.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu amado colega de sala e grande amigo Joanan Gabriel de Melo Rocha, que me auxiliou e incentivou desde o início. Também quero agradecer por todo o apoio da minha namorada Manuella Xavier Pereira. Além disso, agradeço a minha orientadora, a professora Danila Kelly Pereira Neri por sua orientação.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2023. São Paulo: ABRELPE, 2023. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2023/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Mais de 41% dos resíduos urbanos tiveram destinação inadequada em 2023. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-12/mais-de-41-dos-residuos-urbanos-tiveram-destinacao-inadequada-em-2023-0>. Acesso em: 22 set. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

CIDÓN, Camila Fritzen; SCHREIBER, Dusan; VECCHIETTI, Giseli. A contribuição da educação ambiental para a percepção acerca do consumo sustentável. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 22, n. 2, p. 137-145, 2021.

CLIMAINFO. Brasil registra maior aumento de emissões de carbono em 19 anos, 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/11/03/brasil-registra-maior-aumento-de-emissoes-de-carbono-em-19-anos/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

COSTA, Beatriz Souza; DIZ, Jamile B. Mata; DE OLIVEIRA, Márcio Luís. Cultura de consumismo e geração de resíduos. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 2018.

DE OLIVEIRA, Amanda Nicole Aguiar; FERREIRA, Patrícia Fortes Attademo. Impactos humanos ao meio ambiente: desenvolvimento e consumo sustentável e a influência negativa do consumismo. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 24, n. 1, p. 161-171, 2024.

FERNANDES, M. Millôr definitivo. [s.l.] L&PM Editores, 1994.

FURTADO, Rebeca. A Educação ambiental e consumismo em relação ao meio ambiente. Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Oswaldo Cruz, v. 14, 2017.



IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

MILLÔR FERNANDES. Frases e citações: sociedade de consumo. In: FERNANDES, Millôr. Millôr definitivo: a bíblia do caos. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Educação ambiental. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/educacao-ambiental>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. 4. ed. Brasília: MMA, 2014. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/programas-e-projetos/item/7527-pronea.html>. Acesso em: 22 set. 2025.

SEEG – SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. Emissões do Brasil têm maior alta em 19 anos. Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/emissoes-do-brasil-tem-maior-alta-em-19-anos-20221101>. Acesso em: 30 ago. 2025.

